

Abordagem historiográfica numa perspectiva marxista atualizada sobre a cidade: análise das remoções de favelas no Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970

Historiographical approach from an updated Marxist perspective on the city: analysis of favela removals in Rio de Janeiro in the 1960s and 1970s

Mário Brum*

Resenha: PESTANA, Marco Marques. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro:** empresários, Estado e movimento de favelas (1957-1973). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Palavras-chave: favelas; remoção; aparelhos privados de hegemonia.

Keywords: Favelas; Eviction; Private apparatus of hegemony.

MARCO PESTANA realiza relevantes contribuições aos estudos das favelas cariocas no livro *Remoções de favelas no Rio de Janeiro*, derivado da sua tese de doutorado vencedora do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2017, do Arquivo Nacional. A obra se destaca notadamente em dois aspectos: além da rica pesquisa documental, o autor também atualiza a abordagem marxista da questão, que foi aprofundada em outro estudo do autor,¹ numa análise da perspectiva de classe, principalmente pelo viés da despossessão e exploração a que moradores de favelas foram historicamente submetidos, tendo como recorte cronológico

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor colaborador do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e Procientista UERJ. E-mail: mariobrum@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4688-9939>.

1 PESTANA, Marco. O que o marxismo tem a dizer sobre as favelas cariocas? Indicações para uma agenda de pesquisas baseada no materialismo histórico. *In*: GONÇALVES, Rafael; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. **Pensando as favelas cariocas:** memória e outras abordagens teóricas. Rio de Janeiro: PUC/Pallas, 2022. p. 255-274.

e tema principal o programa de remoções que a cidade viveu nas décadas de 1960 e 1970, em grande parte sob a ditadura militar.

O livro é estruturado em quatro capítulos nos quais o argumento principal vai sendo delineado e articulado a partir de diferentes ângulos; no caso, as classes envolvidas no processo de remoção de favelas. O primeiro apresenta a trajetória dos agentes ligados ao capital imobiliário e à construção civil em disputar a hegemonia sobre o que fazer com as favelas dentro da perspectiva do capital, tornando tanto os terrenos ocupados por elas uma mercadoria quanto colocando o enorme contingente fora do mercado de trabalho, como consumidores a partir da ação do Estado no financiamento da casa própria. Assim, o segundo capítulo é um desdobramento direto do primeiro ao mostrar as formulações daqueles agentes e suas ações para “ocupar espaços no aparelho de Estado, de forma a implementar diretamente as políticas públicas que respondem aos seus interesses” (p. 101). O terceiro e o quarto tratam da outra face da moeda: os moradores de favelas e como agiram frente ao programa de remoção, mostrando as suas posições e formulações dentro dos limites de uma sociedade que historicamente os estigmatizava e que, sob a ditadura, sofreram brutais restrições que impediram qualquer tentativa de resistência, com prisões, incêndios em favelas, intervenções em associações, sendo o quarto capítulo utilizado para uma abordagem comparativa da atuação dos moradores de favelas no período da ‘Democracia Populista’ e da ditadura militar.

Se por um lado, no âmbito da universidade, as ciências sociais como a Antropologia e a Sociologia tomam a favela como objeto de análise entre fins da década de 1960 e década de 1970, a História não participa da produção acadêmica desse período,² entre outras razões, pela permanente ‘atualidade’ da favela, que por isso não estava no domínio da História, marcada então pela necessidade do distanciamento histórico para produzir uma análise.

A entrada da História na questão se notabiliza por dois aspectos: o primeiro deles é que a favela não era o objeto em si e é pela *habitação popular* que a História como disciplina fez essa primeira abordagem sobre o tema favela, sendo mostradas as continuidades entre os cortiços e as favelas a partir do combate empreendido pelo Estado aos cortiços, no período que vai da demolição do cortiço Cabeça-de-Porco, em 1893, até a conclusão das reformas de Pereira Passos, em 1906, com a favela sendo um desdobramento desse combate.

A cidade é analisada a partir da perspectiva da luta de classes, com influência direta da leitura de Friedrich Engels em dissertações como a de Lia Aquino de Carvalho (1980), Jaime Benchimol (1982) e Oswaldo Porto Rocha (1983) nos programas de Pós-Graduação de História da UFF e de Planejamento Urbano da UFRJ (posteriormente IPPUR), ambos marcados pela atuação da historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, orientadora desses estudos. São pesquisas focadas no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro

2 KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sérgio. Encontro marcado: a favela como objeto de pesquisa histórica. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (org.). **Favelas cariocas**. Ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

relacionado ao fim da escravidão, à industrialização e à consolidação do capitalismo no Brasil, compreendidos a partir de superestruturas condicionadas pelos modos de produção. As favelas seriam resultado (e um problema) da ausência de provimento estatal de moradia aos removidos pelas reformas urbanas e das desigualdades econômicas que impossibilitavam o acesso da classe trabalhadora ao mercado formal de moradia.

Tendo o Estado como instrumento da classe dominante e fio condutor desses estudos, os autores basearam suas reflexões inovadoras e relevantes para o campo, usando como fontes de pesquisa documentos oficiais produzidos pelos órgãos estatais ligados à higiene pública ou relacionados às obras públicas. Os pobres urbanos, moradores de cortiços e, gradativamente, das favelas, nesses estudos configurados como as classes pobres que foram atingidas pelas reformas urbanas, foram pouco ou nada “ouvidos” nesses estudos, dada a leitura desses dentro das superestruturas determinadas pela infraestrutura.

Assim, Pestana adota uma abordagem marxista que leva em consideração os agentes envolvidos numa linhagem de pesquisa histórica gramsciana, “voltada para compreender o Estado a partir das formas de organização das classes dominantes no Brasil, inaugurada por Sonia Mendonça, René Dreifuss” e Virgínia Fontes, autora dessa citação realizada na apresentação que faz do livro (p. 15). É a partir dessas duas autoras, inclusive, que Pestana usa o arcabouço metodológico e conceitual para pesquisar e analisar os órgãos de classe que criaram as justificativas, influenciaram autoridades, produziram políticas e ações concretas que desembocaram nas remoções de favelas.

Já de Dreifuss, Pestana segue sua trilha em demonstrar de que modo os aparelhos privados de hegemonia são usados para atingir o máximo de consenso na sociedade, influenciando e agindo nos órgãos de Estado, além de elencar nominalmente os sujeitos que transitam e interferem nessas duas esferas, para que a remoção de favelas se torne uma política hegemônica com a impossibilidade de resistência dos moradores de favelas no contexto ditatorial, quando a quase totalidade das remoções ocorreu.

Grande parte da bibliografia sobre a favela, autores como Anthony Leeds, Lícia Valladares, Janice Perlman, Lucien Parisse, dentre outros, trata da produção de sentido sobre esses territórios, apontados como anti-higiênicos e imorais, além de estimularem a promiscuidade, o ócio e sendo alvo da ação oportunista dos comunistas para insuflarem a revolta contra o sistema. No entanto, os interesses econômicos em relação às favelas pouco foram abordados na bibliografia de modo mais discriminado, para além de generalizações ou mesmo dentro das superestruturas. De modo que, para além de uma dicotomia entre disputas simbólicas e interesses econômicos, Pestana demonstra de forma cabal como se deu a construção do ideário da remoção e sua execução a partir dos agentes das classes dominantes, com farta pesquisa documental indicando de onde vêm, onde estão e onde estiveram esses agentes, bem como os argumentos utilizados por eles para que as remoções se tornassem uma política de Estado sistematizada com atribuições definidas nos aparelhos governamentais.

No contexto da articulação do golpe de 1964, a atuação dessas ‘elites orgânicas’ –conceito que Pestana novamente recorre a Dreifuss (p. 83)–, ligadas ao capital imobiliário, e da construção civil, na formulação de soluções para a favela, valeu-lhes a recompensa da intensificação do programa com Carlos Lacerda, na Guanabara, até 1965, e de sua execução pelo governos federal e estadual entre 1969 e 1973, com participação desses agentes diretamente na condução e execução do programa, principalmente através das empresas que construíam os conjuntos habitacionais e conseguiam terrenos valiosos para empreendimentos imobiliários para a classe média.

As remoções são demonstradas como resultado de uma longa articulação em que as disputas simbólicas que estigmatizavam as favelas e seus moradores se conjugaram com interesses econômicos articulados em entidades de classe, como o Clube de Engenharia, Sindicato da Indústria da Construção Civil da Guanabara (depois do Rio de Janeiro), Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro, além de organismos diretamente ligados às articulações do golpe de 1964, como o IPEME e o IPES, bem como de ação anticomunista como a Ação Comunitária do Brasil-Guanabara. Conforme aponta uma das hipóteses principais da obra: “A atuação de dois dos principais sujeitos da produção habitacional –os construtores e os agentes imobiliários, que, naquele período, eram os que mais frequentemente atuavam como incorporadores– em entidades da sociedade civil buscou incidir nessa relação das favelas com o sistema produtivo em desenvolvimento, apresentando propostas de atuação do poder público naqueles espaços” (pp. 46-47).

A atuação do capital na formulação, articulação para ocupação de posições no Estado e execução de políticas que beneficiassem esse setor fica demonstrada com clareza ao longo dos capítulos e sucintamente apresentada no Quadro 2.3 na prosopografia desses agentes em empresas, aparelhos privados de hegemonia e nos órgãos de Estado (p. 154-155). Assim, o foco principal do programa ter sido as favelas no entorno da lagoa Rodrigo de Freitas, conclusão óbvia pelas favelas removidas, mas que nunca recebeu devida atenção para ser explicado e demonstrado como e por que isso ocorreu, é enfim demonstrado por Pestana, dentre outras preciosas explicações dos interesses e das agências e agentes envolvidos que formularam, moldaram e executaram o programa.

Sem descuidar da outra ponta do processo, Pestana aponta de que modo o interesse dos moradores de favelas, demonstrado a partir das organizações que congregavam as associações de moradores, como a Coligação de Trabalhadores Favelados e, principalmente, a Federação das Associações de Moradores de Favela (FAFEG), foi escanteado até pelo fato de a eles não ter sido “franqueado qualquer acesso aos postos na estrutura estatal” (p. 156).

Se os interesses, agências, ações e agentes das frações do capital em relação às remoções de favelas ficam evidentes, a análise dos moradores de favelas como classe

é um caminho mais espinhoso a ser seguido. Pestana dialoga com a bibliografia sobre o tema, que deu maior foco à mobilização coletiva dos moradores, produzida pela Sociologia, Ciência Política e Antropologia, que enfatizou mais os aspectos simbólicos na formação da identidade de 'favelado' como um ator coletivo a partir das ações cotidianas; e frente a adversários como os supostos donos de terrenos, o Estado (na perspectiva dos moradores) e a sociedade de um modo geral que os via como despossuídos de direitos em relação à propriedade e posse da terra, além da alcunha de 'marginais' e todo o sentido que o termo trazia nas décadas de 1950 e 1960. A partir principalmente das fontes produzidas pelo movimento comunitário, ou sobre ele, Pestana classifica os moradores de favelas como uma parcela da classe trabalhadora que experimentava em comum a luta pela moradia e permanência das favelas.

Se por um lado, Pestana rompe com uma rigidez da linhagem de pesquisa marxista que colocava os moradores de favelas como fruto de determinações econômicas, fazendo uso da contribuição de E. P. Thompson para entender a atuação dos moradores dentro das margens do sistema capitalista, destacando, por exemplo, que analisa as ações dos moradores em que “a perspectiva, que considero mais profícua para a análise, é aquela que enfatiza as formas pelas quais os agentes sociais internalizam e reelaboram determinadas formulações ideológicas a partir de suas próprias experiências” (p. 211). Por outro, a tomada do conjunto de moradores de favelas como classe a partir das associações, em que pese a centralidade que essas tinham na existência e cotidiano das favelas no período, apresenta maior dificuldade de ser demonstrada.

Um exemplo disso é a análise da atuação da FAFEG a partir de documentos e falas de Etevaldo Justino de Oliveira, presidente da entidade entre 1964 e 1965 e vice-presidente de 1971 a 1973. Pestana demonstra que, para Etevaldo, a luta de moradores ocorria fora de uma perspectiva de classe,

abandonando inteiramente a insistência no pertencimento dos favelados à classe trabalhadora que caracterizara as gestões lideradas por Vicente Mariano. Com isso, tornava a ser afirmada uma compreensão da condição social dos favelados como absolutamente específica e caracterizada, principalmente, pelas suas condições de moradia, cuja discussão deveria se centrar em sua concretude imediata, e não na identificação de seus nexos com o conjunto das relações econômicas e políticas que atravessavam a sociedade (p. 234).

Foge ao escopo desta resenha a possibilidade de aprofundar esse debate e que, sem embargo, não traz prejuízo à obra e, ao contrário, suscita questões referentes à condição do morador de favela como classe trabalhadora, guardadas as devidas considerações sobre as modificações disso ao longo da trajetória de existência da favela e da abordagem da favela na perspectiva marxista, que se soma a uma vigorosa linhagem de pesquisa que, se por um lado, apresentou questões e abordagens que ainda são referências nos estudos urbanos, por outro, descuidou de considerar os envolvidos (em sentido lato) nos processos abordados

como sujeitos históricos, o que Pestana realiza com maestria nesse estudo, demonstrando o vigor e a necessidade da abordagem historiográfica da favela, o que vem ganhando espaço cada vez maior nos programas de pós-graduação e que a obra em tela representa uma importantíssima contribuição.

Recebido em: 26/10/2023

Aprovado em: 30/10/2023